

EM NOME DE ROMA

In the Name of Rome

João Fábio Bertonha*

GOLDSWORTHY, Adrian. *In the name of Rome – The men who won the Roman Empire*. Londres: Phoenix, 2007, 480 p.

O mundo romano continua, mesmo tantos séculos após o seu fim, a nos hipnotizar. Provas disto estão na cultura, na mídia e nas nossas leis. O uso de exemplos ou análises históricas baseados na história romana para evidenciar situações e problemas do presente também é um bom indicador neste sentido, como assinalam, por exemplo, aqueles que, nos Estados Unidos, proclamam a necessidade de construir barreiras para impedir a invasão dos “bárbaros” mexicanos ou que discutem a inevitabilidade (ou não) da queda do Império norte-americano.

Em termos historiográficos, igualmente, talvez não haja um tema mais discutido e debatido na história ocidental do que o da queda do Império romano. Por séculos e séculos, as explicações para o acontecido (ou a sua relativização) têm sido uma constante e hoje temos, provavelmente, centenas de teorias e hipóteses que vão desde o colapso da estrutura econômica à decadência demográfica ou cívica ou à combinação de várias delas, sem nunca, claro, atingir um consenso.

Para um historiador interessado na história militar e geopolítica, a questão da influência de questões mais diretamente militares e estratégicas no colapso do poder imperial é o que mais chama a atenção. Trabalhos como os de Arthur Ferrill, Edward Luttwak e outros discutem, efetivamente, se mudanças no pensamento estratégico do Império, na sua tecnologia militar ou na estrutura de suas forças armadas¹ teriam ou não um papel decisivo na

* UEM.

1 FERRIL, Arthur. *A queda do Império Romano – a explicação militar*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989; LUTTWAK, Edward N. *La Grande Strategia dell'Impero Romano - L'apparato militare come forza di dissuassione*. Milano: Rizzoli, 1995. Ver também alguns pequenos textos que escrevi a respeito: “La Grande Strategia dell'Impero Romano - L'apparato militare come forza di dissuassione (resenha da obra de Edward Luttwak)”. *Boletim do Centro do Pensamento Antigo da UNICAMP*, v. 5, n. 8/9, p. 243-248, 2000,

decadência do poder romano e tais textos são de interesse não apenas para os historiadores do período romano, mas para os interessados em história militar como um todo.

Entre estes, o trabalho de Adrian Goldsworthy é mais do que conhecido. Autor de vários livros sobre o Exército romano, ele se soma ao imenso número de autores que escrevem sobre os militares romanos e ao ainda maior número de aficionados pelo assunto, dentro e fora das academias militares.

O livro ora resenhado, contudo, é um pouco diferente. Ao invés de se focar na estrutura das legiões ou na descrição das grandes batalhas e campanhas, os objetivos são a vida e a carreira dos generais comandantes, quinze dos quais são escolhidos, por disponibilidade de fontes e informações, para análise, cobrindo mais ou menos quase mil anos de história da República e do Império.

É evidente que o livro inclui biografias e descrições de unidades militares, de operações e táticas de guerra. Na maior parte dos casos, aliás, ele não faz nada mais além de compilar informações sobre batalhas e pessoas mais do que conhecidas, como as guerras de César na Gália, as de Trajano no oriente ou a conquista de Jerusalém por Tito. Até por isto, é duvidoso que seu livro traga algo realmente novo para os especialistas em história militar romana, ao mesmo tempo em que seu formato acaba levando a irritantes repetições de argumentos e informações.

Mesmo assim, o livro é um mergulho na arte militar romana, na sua capacidade tática em campo de batalha e nas inúmeras mudanças e adaptações adotadas por Roma, ao longo de séculos, para manter a sua superioridade tática sobre seus inimigos. Acompanhamos, assim, a disputa entre as legiões e as falanges gregas nos séculos anteriores a Cristo (com a vitória das primeiras e de sua flexibilidade), as reformas de Mário e a consolidação de um Exército permanente ao invés de um quase miliciano, a lenta transformação do Exército para um padrão de guerra mais medieval etc. O autor também faz um resumo bastante útil de como a tradição militar romana foi sendo utilizada e reapropriada nos séculos que se seguiram e até o momento atual.

e “Frontiers of the Roman Empire – a social and economic study” (resenha da obra de C.R. Whittaker). *Boletim do Centro do Pensamento Antigo da UNICAMP*, v. 5, n. 10, p. 281-286, 2001.

O livro não é, contudo, interessante apenas por resumir, num formato diferente, outros livros sobre a história militar romana ou por ser mais um nesta seara. Ele tem um enfoque específico, nos generais e na sua contribuição individual para o resultado das operações. Esse enfoque acaba por suscitar questões da mais alta importância, e não apenas para os especialistas em história romana.

Uma primeira questão é mais genérica e tem a ver com a importância dos indivíduos no fazer-se histórico. Ele ironiza a visão de que apenas grandes forças (econômicas ou sociais) são capazes de mover os acontecimentos e ressalta que, apesar de certos contextos e situações serem dados, indivíduos têm capacidade de alterá-los. No caso dos generais romanos, cujas decisões em campo de batalha podiam levar à derrota ou à vitória e a mudanças radicais destes mesmos contextos e situações, esta situação seria ainda mais clara, do que é difícil discordar.

É bastante esclarecedor quando ele delimita quais eram as qualidades, em geral, esperadas de um comandante romano e as suas origens sociais e culturais. Ao contrário dos generais helenísticos ou do início de Roma, que deveriam, pela tradição, lutar contra o inimigo, heroicamente, em meio a suas tropas, o general romano, a partir da República, tinha outras funções. Ele deveria permanecer numa posição recuada, organizando o combate e estimulando a vontade de luta dos homens sob o seu comando, premiando, castigando e cultivando a rivalidade entre homens e unidades. Ser capaz de pensar detalhes logísticos ou de combinar força com diplomacia também seriam atributos destes homens que, nesse ponto, se aproximariam de comandantes contemporâneos.

Ao mesmo tempo, eles seguiam algumas tradições que pareceriam estranhas a militares modernos, como uma relação quase ritualística com os soldados ou a busca de prestígio e glória. Ao mesmo tempo, o autor chama a atenção para o fato de não existir nenhum tipo de escola ou sistema de treinamento para os oficiais. Eles aprendiam o seu ofício na prática, por erro e acerto, em longas carreiras públicas que combinavam papéis civis e militares. Para uma pessoa daquela época, a ideia de separação entre civis e militares, comum no nosso tempo, soaria completamente estranha.

Dessa forma, um romano receberia um comando militar não por causa da sua formação militar, que não existia, mas por sua riqueza, conexões políticas e familiares e, na época imperial, lealdade ao imperador.

Quando em um alto posto militar, por sua vez, a riqueza e, especialmente, a glória e o prestígio adquiridos em campo de batalha (e nada era mais valioso, aos olhos romanos, do que as vitórias militares) se convertiam em capital político, permitindo ascensão a cargos civis mais elevados, e assim sucessivamente. Fazer a guerra e administrar províncias e cidades fazia parte da política tanto como ser eleito para um alto posto ou vencer um debate no Senado.

Esse ponto é de fundamental importância no seu argumento geral. Para ele, este sistema teve um efeito desastroso para os romanos em termos de legitimidade do poder e causou, no limite, uma decadência irreversível do seu aparato militar. Já na época republicana, o risco de um general bem-sucedido se tornar um rival político de primeira grandeza era grande demais para ser ignorado. Depois das guerras civis e, especialmente, durante o Império, foi ficando claro como o poder residia nas armas e nenhum imperador podia se sentir seguro se outro homem comandava tropas mais leais (por devoção e, crescentemente, por dinheiro) ao seu general do que ao poder constituído.

O autor menciona os vários artifícios que o Senado e os imperadores estabeleceram para tentar resolver este problema. Os legados provinciais, por exemplo, podiam e deviam defender suas províncias de ataques inesperados, mas invasões de outras terras só poderiam se dar com o aval do Senado ou do Imperador. Alguns imperadores só confiavam em parentes próximos para comandar seus exércitos em seu lugar e dividir as legiões – e o comando – em várias províncias também foi prática usual. Mas, na verdade, foi um problema insolúvel e que ninguém conseguiu equacionar. Apenas na época de Justiniano os imperadores se sentiram, depois de fundas alterações na estrutura do poder, seguros o suficiente para enviar generais competentes para comandar suas forças e, mesmo assim, com reservas.

Está mais do que claro como esta questão foi desastrosa para a sociedade romana, desviando os seus exércitos da proteção das fronteiras para a luta interna e abrindo caminho para a perda de territórios, a devastação de províncias e a diminuição dos próprios recursos imperiais. Goldsworthy, contudo, ressalta como esta situação também levou a imensas restrições ao uso da força militar e, já que o Império se sustentava nesta, isso teria tido implicações graves na própria decadência do poder dos Césares.

Nesse sentido, desenvolveu-se uma situação de desconfiança dos generais competentes e de relutância do poder central em permitir que exércitos maiores fossem formados. Um contexto que dificultava operações militares mais complexas, como teriam sido necessárias para conter as maciças invasões bárbaras. Na época de Juliano, por exemplo, apenas o imperador tinha a legitimidade suficiente para comandar um Exército que, em outras épocas, teria sido liderado por um procônsul ou um legado. Como o imperador não podia estar em todos os lugares ao mesmo tempo, a capacidade militar do Império ficava subutilizada e a adoção do sistema de múltiplos imperadores foi pensada para tentar reverter este quadro, ainda que não tenha sido totalmente bem sucedida.

O Exército romano, assim, decaiu para uma força de defesa local, com recursos para operações em larga escala totalmente insuficientes. Tal transformação, oriunda, em essência, de questões políticas, explicaria a incapacidade romana em vencer seus adversários a partir de certo momento e também a paralisia da expansão imperial. Nem a busca de fronteiras raciais, nem a barbarização das legiões (como sugerido, respectivamente, por Luttwak e Ferrill); o que teria conduzido ao colapso do Estado romano teria sido, em essência, a sua incapacidade em administrar a sucessão do poder e a questão de sua legitimidade, o que teria tido efeitos danosos para aquela sociedade e também para a sua arquitetura política e militar, num processo cumulativo que acabaria levando ao fim do poder de Roma.

É claro que estamos trabalhando, aqui, com conceitos e definições – como legitimidade do poder ou relações civis-militares – que só fazem sentido para o período atual e que, nesses termos, eram estas questões que seriam estranhas para os romanos. O autor, aliás, é extremamente cuidadoso em ressaltar isto. Mas, novamente, podemos entender por que a história de Roma e seus dilemas nunca são esquecidos, mesmo após tantos séculos. Ela continua a suscitar questões e a levantar problemáticas que continuam atuais, mesmo que pensadas em outros termos, e mesmo pessoas pouco interessadas na história romana em si podem aproveitar a leitura deste e de outros livros semelhantes.

Recebido em 05/05/2009.
Aprovado em 18/07/2010.